



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**DEPUTADA FLÁVIA MORAIS – PDT/GO**

## COMISSÃO DE SAÚDE

### PROJETO DE LEI Nº 3.644, DE 2021

Dispõe sobre a comprovação de deficiência através de laudos de profissionais liberais registrados nos seus respectivos conselhos de classe, para qualquer efeito.

**Autor:** Deputado ALEXANDRE FROTA

**Relatora:** Deputada FLÁVIA MORAIS

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.644, de 2021, de autoria do Deputado Alexandre Frota, dispõe sobre a comprovação de deficiência através de laudos de profissionais liberais registrados nos seus respectivos conselhos de classe, para qualquer efeito.

O autor da proposição justifica sua iniciativa destacando a importância do laudo médico como um documento formal tanto para o paciente quanto para o médico. Ele enfatiza que o laudo serve para confirmar as suspeitas do médico que atendeu o paciente, sendo essencial na investigação de doenças ou deficiências. Argumenta, também, que a pessoa deve ter o direito de escolher o profissional que vá emitir o parecer, ainda que não seja do setor público.

O Projeto, que tramita sob o rito ordinário, está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuído à Comissão de Saúde e à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para exame de mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para aferição da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa (art. 54 RICD).





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADA FLÁVIA MORAIS – PDT/GO**

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

## **II - VOTO DA RELATORA**

Cabe a esta Comissão a apreciação de proposições, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes a seu campo temático e áreas de atividade, nos termos regimentais.

O Projeto de Lei nº 3.644, de 2021, de autoria do Deputado Alexandre Frota, dispõe sobre a comprovação de deficiência através de laudos de profissionais liberais registrados nos seus respectivos conselhos de classe, para qualquer efeito.

O autor da proposição justifica sua iniciativa destacando a importância do laudo médico como um documento formal tanto para o paciente quanto para o médico. Ele enfatiza que o laudo serve para confirmar as suspeitas do médico que atendeu o paciente, sendo essencial na investigação de doenças ou deficiências. Argumenta, também, que a pessoa deve ter o direito de escolher o profissional que vá emitir o parecer, ainda que não seja do setor público.

A proposição sob análise visa garantir que pessoas com deficiência tenham o direito de escolher o profissional que emitirá seu laudo, seja em serviços públicos ou privados. O projeto também busca assegurar que os laudos que comprovam a deficiência possam ser emitidos por profissionais de saúde de nível superior, de acordo com sua área específica de atuação, proporcionando um meio de prova consistente para pessoas com deficiência.

A proposta merece prosperar, uma vez que a pessoa com deficiência muitas vezes precisa enfrentar um longo caminho até conseguir os laudos necessários para comprovação de suas limitações, a fim de buscar acesso a seus direitos.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADA FLÁVIA MORAIS – PDT/GO**

Em muitas situações, exigem-se relatórios emitidos por profissionais da saúde pública, o que acaba prejudicando significativamente as pessoas com dificuldade de acesso a esses serviços. Portanto, aqueles em situação de maior vulnerabilidade são os mais afetados por essas exigências pouco razoáveis.

Nesse sentido, apoiamos o mérito do Projeto em epígrafe, porém é necessário apresentar um substitutivo, para fazer adequações que não afetam os objetivos de seu autor. Entendemos que a matéria deveria ser inserida na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de forma a dar-lhe maior exposição.

Sala da Comissão, em            de novembro de 2023.

Deputada FLÁVIA MORAIS  
Relatora

2023-20394





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**DEPUTADA FLÁVIA MORAIS – PDT/GO**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.644, DE 2021**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para determinar que o laudo médico que ateste deficiência poderá ser emitido por profissional da rede pública ou privada.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

“Art. 2º .....  
.....

§4º O laudo médico que ateste deficiência poderá ser emitido por profissional da rede pública ou privada, observados os requisitos previstos no regulamento”. (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em            de novembro de 2023.

Deputada FLÁVIA MORAIS  
Relatora

2023-20394

